

RESUMO EXPANDIDO

Título: “TRABALHO E DIREITOS DO INFANTOJUVENIL”

Coordenadora: Professora Laura Souza Fonseca

Unidade: Faculdade de Educação

Autoras: Janaina Barbosa da Silva, Lisiane Silva da Rosa, Mariana Schleder Rheinheimer e Marina El Hajjar Meneghel

Justificativa

A extensão e a pesquisa, no Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH), subsidiam o estudo acerca do trabalho e dos direitos do infantojuvenil. Na extensão, temos como objetivo recolher indícios de violações de direitos e casos de trabalho infantojuvenil, mediados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No GTFH, articulamos elementos referentes ao objeto a partir da pesquisa e da extensão – nestas duas faces da produção acadêmica temos como temática o trabalho infantojuvenil e os direitos sociais de crianças e adolescentes, analisada com base em método, metodologias e referencial teórico. A partir das categorias estruturantes como trabalho e formação humana, observamos expressões do campo. Temos identificado a dupla face do trabalho – princípio educativo e exploração –, e uma condição ainda pouco clara expressa na ideia de *ajuda*. E muitas violações de direitos que a cada uma nomeamos *dupla violação* porque há o critério da vulnerabilidade que insere em políticas sociais e a precariedade das políticas como nova violação. Na Extensão buscamos trocas de conhecimento com a comunidade, como uma relação de mão dupla que se realiza na sistematicidade do diálogo extensionista, perspectiva pela qual consideramos a necessidade de vínculo indissociável com a pesquisa e o ensino. Assim nossas ações de extensão/pesquisa/ensino objetivam analisar/intervir nas múltiplas determinações que constituem o fenômeno social trabalho e direitos do infantojuvenil naquela comunidade.

Além da devolução formal, participamos de espaços que nos permitem devolver e questionar, sistematicamente, os dados encontrados. Não somente a universidade ir coletar dados, também construir uma efetiva troca com a comunidade. Procuramos produzir um conhecimento socialmente útil, referenciado nas mazelas sociais que precarizam a vida da classe trabalhadora. Como rotina na orientação, utilizamos os conhecimentos específicos de cada área para montar e avaliar as oficinas, e pensar a pesquisa. Neste sentido é importante que o grupo conte com integrantes de mais de uma área do conhecimento, cada um trazendo um pouco da especificidade de sua área para compor o objeto. A ação extensionista, como intervenção em campo, e a pesquisa adensam a reflexão coletiva, extensão/pesquisa em torno da questão social estudada – trazem-nos vivências e conhecimentos que ampliam o aprendido em sala de aula, potencializando o ensino.

As Oficinas que fazemos.

Nossas ações de extensão se realizam na forma de oficinas em dois espaços: uma escola da rede municipal e uma escola da rede estadual, articuladas com nossa participação na Rede de Proteção (vinculada à Microrregião 5 do Conselho Tutelar) e a Redinha (Cruzeiro). Trabalhamos com turmas de 4º e 5º ano e cerca de 50 estudantes.

O primeiro movimento de contato com as turmas acontece na forma de observação participante em sala de aula, para a partir do que foi observado pensar coletivamente o planejamento das oficinas. Propomos atividades de escrita, rodas de conversa, leituras, vídeos, músicas, danças, jogos, teatro e

outros elementos da cultura corporal. Possibilitando às crianças e aos adolescentes participantes, e as/os acadêmicas/o oficinas/os, uma troca de saberes acerca do mundo do trabalho e dos direitos do infantojuvenil, particularmente naquela região da cidade.

Temos trabalhado as oficinas de acordo com quatro eixos principais – moradia, transporte, escola e trabalho –, que nos permitem organizar atividades que tratam sobre temas bastante atuais, ao mesmo tempo em que tentamos identificar casos de trabalho infantojuvenil e de violação de direitos da criança e do adolescente.

Muitas crianças e adolescentes com os quais trabalhamos nas oficinas estão em situação de trabalho infantojuvenil explorado, sexual e comercialmente, trabalhando como catadores, com o tráfico de drogas, vendendo artesanatos, etc. Nesse sentido, apresentamos o ECA, pois são sujeitos que possuem direitos e pela realidade complexa e contraditória na qual vivem tem muitos direitos violados. Saudamos o ECA como um salto de qualidade, uma regulação para proteger a vida dos sujeitos de direitos; entretanto, vemos esta qualidade se esvaír na execução das políticas sociais. Situação agravada porque vivemos um tempo em que o capital se valoriza, também, espoliando direitos, caracterizando a despossessão.

Descrição da ação para apresentação

Objetivo Geral

Problematizar a relação “trabalho e direitos do infantojuvenil” a partir das experiências realizadas nas Ações Extensionistas com escolas da rede pública, buscando regularidades e diferenças nas concepções e práticas de grupos presentes.

Objetivos Específicos:

- Mapear concepções de infância/adolescência;
- Questionar as concepções de “trabalho” e “direitos para o infantojuvenil”;
- Problematizar as políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes a partir do que está previsto no ECA;
- Pensar o conceito de dupla violação de direitos a partir de nossas vivências na extensão e em diálogo com os debates de criminalização e judicialização que pudemos observar também na rede de proteção.

Metodologia

Inicialmente, exporemos produções de crianças e adolescentes recolhidas em nossas oficinas e, a partir desse material, provocaremos o debate para mapearmos concepções e práticas ligadas à infância e à adolescência, ao trabalho e aos direitos do infantojuvenil. Sistematizaremos as ideias do público para problematizarmos as políticas sociais pertinentes ao grupo societário retomando a relação “trabalho e direitos do infantojuvenil”, na percepção/vivência do coletivo presente à Tertúlia.

Processos avaliativos possíveis

Consideraremos positiva a Tertúlia na medida em que formos tensionad@s na Ação que fazemos e produzimos, naquele coletivo, uma síntese que permita avançar nas concepções e práticas de nossa referência.